

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2024/4446	11053/2024	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCT - DC [APOIOS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

A **Comcordia – Associação de Cordas Dedilhadas do Minho**, devidamente inscrita no RECAM (Registo das Entidades Candidatas a Apoios Municipais) com o n.º 246/2016, ao abrigo da Secção III do Artigo F-1/3.º do Código Regulamentar do Município de Braga, efetuou um pedido de apoio financeiro, com vista à continuidade e incremento de projetos, que visam a dinamização cultural no concelho de Braga.

Assim, considerando:

- O predisposto no artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, referente ao Regime Jurídico das Autarquias Locais, determina o seguinte: “Competências materiais 1 - Compete à câmara municipal: (...) o) Deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos; (...) u) Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças;...»
- O estatuído no Despacho n.º 4626/2022, no Diário da República n.º 77/2022, Série II, de 20 de abril de 2022, que define a Estrutura Orgânica, Nuclear e Flexível dos Serviços do Município de Braga, aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 01 de abril de 2022, sob proposta da Câmara Municipal de Braga, aprovada em reunião de 21 de março de 2022, na sua versão atual;



- Tal como predisposto no Despacho n.º 8132/2024 publicado no Diário da República a 22 de julho de 2024, aprovado em sessão da Assembleia Municipal de 21 de junho de 2024, sob proposta da Câmara Municipal de 29 de abril de 2024, que procede à alteração e republicação n.º 4626/2022, de 20.04, e alterado pelo Despachos n.º 12033/2022, de 13.10, e n.º 8834/2023, de 30.08;

- Conforme o disposto no artigo 24.º, do Despacho n.º 8132/2024, de 22/07 que define as competências da Divisão de Cultura, na dependência do Departamento de Cultura e Turismo;

- O Código Regulamentar do Município, na sua Parte F, nomeadamente no n.1 do Artigo F-1/1.º, prevê as áreas, procedimentos e critérios utilizados pelo Município de Braga na atribuição de auxílios (apoios financeiros e não financeiros e outros subsídios) às diversas entidades e organismos legalmente constituídos que prossigam fins de interesse público municipal, designadamente, Associações, Instituições Particulares de Solidariedade Social ou outras;

- O concernente à atribuição de apoios financeiros e não financeiros, previstos no Código Regulamentar do Município de Braga, nomeadamente no n.º 2 do Artigo F-1/3, em que se sublinha e valida o “apoio à atividade

das entidades e organismos com vista à continuidade ou incremento de projetos ou atividades de interesse municipal”;

- Quanto aos apoios financeiros, estabelece o Artigo F-1/5.º, os respetivos Requisitos de Atribuição. As entidades e organismos que pretendam beneficiar de apoios do Município têm de reunir cumulativamente os seguintes requisitos:

a) Inscrição no Registo de Entidades Candidatas a Apoios Municipais (RECAM); - vide artigo F-1/6.º

b) Constituição legal, com órgãos sociais eleitos e em efetividade de funções;

c) Sede social no Município ou, não possuindo, que aqui promovam atividades de interesse municipal, no que concerne às entidades;

d) Situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município.

- Os Artigos F-1/7.º a F-1/10.º estabelecem regras próprias que regulamentam a apresentação, instrução e avaliação dos pedidos.

- O Artigo F-1/7.º no que respeita à apresentação dos pedidos;

- A decisão de atribuição dos apoios é da competência da Câmara Municipal de Braga sob a proposta do seu Presidente ou Vereador com competência delegada na área;



- A aprovação de quaisquer apoios pela Câmara Municipal de Braga deve ser sempre precedida de informação relativa aos respetivos compromissos e ao cumprimento dos requisitos referidos no artigo F-1/8º;

- O cumprimento dos critérios elencados nomeadamente no instituído:

a) No Artigo F-1/5.º, esta entidade encontra-se devidamente registada no RECAM com o n.º 246/2016, com os respetivos dados devidamente atualizados;

b) No Artigo F-1/7.º a F-1/8 no que respeita à apresentação dos pedidos, a entidade efetuou um pedido de apoio financeiro com o registo de entrada 2024-E-RE-3035, referente a um pedido de apoio financeiro para a realização de atividades constantes do seu plano relativo ao ano de 2024, associada ao plano anual de atividades, nomeadamente, do projeto da Orquestra de Orquestra de Coradas Dedilhadas do Minho – OCDM para 2024, que consta de um ciclo de concertos e a “II edição do Festival Internacional de Cordas Dedilhadas da cidade de Braga”, acompanhado do envio do relatório de atividades do ano transato, plano de atividades e comprovativos de situação regularizada relativamente às dívidas ao Estado, Segurança Social e ao Município;

c) No Artigo F-1/9.º do supracitado Código Regulamentar, no pressuposto o interesse público e promoção municipal da iniciativa: “Qualidade, criatividade e interesse do projeto ou atividade”, “Continuidade do projeto ou atividade e qualidade de execuções anteriores”, “Investigação e capacidade de inovação do projeto ou atividade”

d) Ao abrigo do supracitado artigo, atendeu às seguintes especificidades, na área cultural, tendo um significativo:

“i. interesse cultural, qualidade artística e técnica do projeto”

“ii. Sustentabilidade do projeto e o seu contributo para a dinamização cultural do Município”

“iii. Valorização do património cultural do Município”

“iv. Investigação, experimentação e capacidade de inovação”

- A estratégia e política cultural prosseguida pelo Município de Braga nos vários domínios artísticos e culturais, bem como, as dimensões de formação de públicos e da mediação artística e cultural, pressupõe uma estreita colaboração e participação das entidades culturais fixadas em território bracarense na ação e planeamento cultural concelhio;

- Uma das dimensões da política cultural municipal passa por dotar de condições materiais e /ou financeiras os agentes e entidades culturais, nomeadamente no respeitante à atratividade e fixação no território;

Por conseguinte, refira-se que a entidade tem como fim, conforme o estatuído no artigo n.º 3 da sua constituição, a promoção de recitais, concertos, concursos, publicações, seminários, conferências, exposições, festivais, estágios, formação de música de câmara e outras atividades de idêntica natureza. Ressalve-se ainda, a prossecução de uma atividade



cultural regular e de intervenção no panorama cultural concelhio, através da programação e organização de iniciativas e de apresentações públicas que confluem na promoção e divulgação da música tradicional portuguesa, nomeadamente dos cordofones. O seu projeto cultural concretiza-se com a valência da “Orquestra de Cordas Dedilhadas do Minho”, criada em 2015. Esta formação surge com base na ideia de associar instrumentos da mesma família dos cordofones, e tem por objetivo reunir estudantes e profissionais desta área da música e por em prática e aprofundar a experiência artística e a riqueza cultural associada a este género musical. De salientar que ação da entidade contribui, para o desenvolvimento cultural local através da introdução de novas dinâmicas alicerçadas na promoção de divulgação dos cordofones importantes ativos patrimoniais, para a formação de públicos e para o incremento da oferta cultural concelhia.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Propõe-se a apreciação e a aprovação pelo Executivo Municipal a proposta de um contrato de dinamização cultural no valor de **6.000,00 euros** com a Comcordia – Associação de Cordas Dedilhadas do Minho, pessoa coletiva n.º 513 915 621, com sede na Rua Américo Ferreira de Carvalho, n.º 110, 2.º Esquerdo, 4715-001 Braga, estando os termos e correlações elencados na minuta que se anexa.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



CONTRATO DE DINAMIZAÇÃO CULTURAL

Entre o **Município de Braga**, pessoa coletiva n.º 506 901 173, com sede na Praça Municipal, 4704-514 Braga, neste ato representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, na qualidade de presidente, em exercício de funções, adiante designado como Primeiro Outorgante, e

Comcordia – Associação de Cordas Dedilhadas do Minho, pessoa coletiva n.º 513 915 621, com sede na Rua Américo Ferreira de Carvalho, n.º 110, 2.º Esquerdo, 4715-001 Braga, neste ato representado por Rui da Gama Vieira, na qualidade de presidente da direção, adiante designado como Segundo Outorgante.

É celebrado o presente contrato que se rege pelas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA 1.^a **Objeto do Contrato**

Constitui objeto do presente contrato a atribuição de apoio financeiro para o desenvolvimento do plano de atividades do Segundo Outorgante, a realizar no Município de Braga, nos termos da candidatura apresentada pelo Segundo Outorgante, ora anexa, e que faz parte integrante do presente contrato.

CLÁUSULA 2.^{a1} **Apoio Financeiro**

1. O Segundo Outorgante apresentou um plano de atividades anual que engloba um investimento total de 11.500,00€.
2. Pelo presente contrato, o Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante, um apoio financeiro, no montante total de 6.000,00 (seis mil) euros, apoio esse que será pago em três prestações:
 - a) **Uma prestação inicial que corresponderá a 40% do montante total do apoio financeiro atribuído;**
 - b) **Uma segunda prestação que corresponderá a 40% do montante total do apoio financeiro atribuído, mediante a entrega de um relatório parcial de execução física e financeira das atividades programadas até à data, e a sua análise pelos serviços da Divisão de Cultura;**
 - c) **Uma terceira prestação que corresponderá a 20% do montante total do apoio financeiro atribuído, mediante a apresentação de um relatório final de execução física e financeira das atividades e a sua análise pelos serviços da Divisão de Cultura.**
3. Acresce ainda ao apoio financeiro mencionado no número anterior, o não financeiro ao nível de espaço de realização do concerto de Fim de Ano da OCDM.
4. O apoio financeiro destina-se exclusivamente a suportar os encargos/custos contemplados no pedido/orçamento apresentado pelo Segundo Outorgante, e ora anexo.

CLÁUSULA 3.^a **Indicadores do Projeto**

No âmbito das atividades objeto do presente contrato são definidos os seguintes indicadores: realização, pelo Segundo Outorgante, dos projetos e iniciativas associadas, ao seu projeto cultural ao nível da promoção, divulgação e desenvolvimento de novos públicos no domínio da música erudita e tradicional associada aos cordofones. Realização do projeto e iniciativa específica, associada ao plano anual de atividades, nomeadamente, do projeto da Orquestra de Cordas Dedilhadas do Minho – OCDM para 2024, que consta de um ciclo de concertos e a “II edição do Festival Internacional de Cordas Dedilhadas da cidade de Braga”, garantindo a sua programação, produção e organização. A realização das iniciativas será concertada com o Primeiro Outorgante.

¹ Aplicável só no caso de apoio financeiro



CLÁUSULA 4.^a
Obrigações do Segundo Outorgante

O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Município no acompanhamento e controlo do exato e pontual cumprimento do presente contrato;
- b) Apresentar os relatórios (parcial e final) com explicitação dos resultados alcançados e respetivos documentos comprovativos da execução física e financeira, relatórios esses que são condição indispensável para efetuar os pagamentos pelo Primeiro Outorgante;**
- c) Facultar todos os elementos contabilísticos ou outros que venham a ser solicitados pelo Município de Braga, no âmbito do objeto do presente contrato;
- d) Aplicar e administrar corretamente o apoio tendo em conta o objeto do presente contrato;
- e) Atender, na sua atuação, aos critérios de economia, eficácia e eficiência na gestão do apoio atribuído;
- f) Publicitar a atividade objeto do presente contrato fazendo referência ao apoio do Município, através da menção expressa, “Com o apoio do Município de Braga”, e inclusão do respetivo logótipo, em todos os suportes gráficos de promoção ou divulgação do projeto ou das atividades, bem como em toda a informação difundida nos diversos meios de comunicação;
- g) Assegurar outras contrapartidas que se mostrem necessárias no âmbito do objeto do presente contrato, nomeadamente: requisitos técnicos e logísticos inerentes à realização das atividades contratualizadas;
- h) Garantir a realização dos projetos e iniciativas associadas ao seu projeto cultural ao nível da promoção, divulgação e desenvolvimento de novos públicos no domínio da música erudita e tradicional associada aos cordofones.;
- i) Garantir a realização do projeto e iniciativa específica, associada ao seu plano anual de atividades, nomeadamente, do projeto da Orquestra de Orquestra de Cordas Dedilhadas do Minho – OCDM para 2024, que consta de um ciclo de concertos e a “II edição do Festival Internacional de Cordas Dedilhadas da cidade de Braga”, garantindo a sua programação, produção e organização.

CLÁUSULA 5.^{a2}
Auditoria

A atividade apoiada nos termos do presente contrato pode ser submetida a auditoria pelo Município de Braga, devendo o Segundo Outorgante disponibilizar toda a documentação julgada adequada e oportuna para o efeito.

CLÁUSULA 6.^a
Revisão do Contrato

O presente contrato pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público ficando sempre sujeita a prévia autorização do Município de Braga.

CLÁUSULA 7.^a
Incumprimento, Rescisão e Sanções

O incumprimento pelo Segundo Outorgante de uma ou mais condições estabelecidas no presente contrato constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes recebidos³ e poderão implicar, ainda, a reversão imediata dos bens cedidos à sua posse, sem prejuízo das devidas indemnizações pelo uso indevido e danos sofridos⁴.

² Aplicável no caso do apoio económico ter valor igual ou superior a 1/3 do valor fixado anualmente para efeitos de visto prévio do Tribunal de Contas.

³ Aplicável no caso de apoio financeiro



CLÁUSULA 8.^a
Vigência do Contrato

O presente contrato inicia-se com a sua celebração e vigora até ao final do ano de 2024.

CLÁUSULA 9.^a
Cabimento e Compromisso

A classificação orçamental da dotação por onde será satisfeita a despesa inerente a este contrato, a realizar no atual ano económico, é a seguinte 05 040701 – GOP 2017/25 –Acc 3 – Apoio a diversas entidades no âmbito cultural, do Orçamento do Município em vigor, em conformidade com a informação de cabimento n.º seq.92246 de 03/12/2024 e informação de compromisso n.º seq.118967 de 03/12/2024.

CLÁUSULA 10.^a
Gestão do Contrato

É designado como Gestor do Contrato, o Diretor, a exercer funções no Departamento de Cultura e Turismo, Porfírio Correia.

CLÁUSULA 11.^a
Disposições Finais

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente contrato aplica-se subsidiariamente, as disposições do Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Braga e legislação especial aplicável.

O Primeiro Outorgante

O Segundo Outorgante

Braga, _____ de _____ de 2024

⁴ Aplicável no caso de apoio não financeiro

